

# Dilemas da historiografia brasileira sobre a resistência armada contra a Ditadura Militar: a questão democrática entre os paradigmas liberais e a proposta marxista

Diego Grossi<sup>1</sup>

## Introdução

Ao longo dos últimos dez anos, a historiografia brasileira tem sido espaço privilegiado para as discussões referentes à Ditadura empresarial-militar<sup>2</sup> (1964-1985) e demais aspectos relacionados ao Golpe de 1964. Entre 2004 e 2014, as contendas desencadeadas em toda sociedade por conta dos quarenta e cinquenta anos do golpe (respectivamente) trouxeram à tona diversas questões cujas contribuições da ciência histórica apareceram como imperativas. Nesse quadro, hegemonizou-se entre os historiadores uma corrente voltada para relativizar e/ou questionar abertamente pontos entendidos como tabus, terminando por apresentar versões que tendem a amenizar a negatividade do papel cumprido pelo regime militar no Brasil e, paralelamente, deslegitimar os que a ele se opuseram. Uma das operações mais características de tal vertente historiográfica tem sido a de adotar os paradigmas liberais como axiomas e, assim, tautologicamente, estabelecer conclusões ancoradas nessa perspectiva. Uma das abordagens na qual ficam explícitos os limites dessa condução amparada nos fundamentos do liberalismo pode ser percebida nas discussões sobre a questão democrática, em que prevalecem as leituras que imputam às esquerdas do período valores antidemocráticos, quando os referidos pensadores entendem por democracia apenas sua vertente liberal, ignorando a própria historicidade da questão democrática.

Como antítese diante da hegemonização dos paradigmas liberais, vários historiadores, classificando a historiografia aludida como “revisionista”<sup>3</sup>, vêm demonstrando que, diferentemente da necessária renovação do campo historiográfico (incluindo, claro, a própria quebra de tabus), o caráter do fenômeno em questão é o de utilizar a História para legitimar

determinadas perspectivas ideológicas que estejam em sintonia com o *status quo*, camuflando sob uma alegada “renovação” a retomada de velhas lógicas anticomunistas.

Buscando se inserir nesse quadro de respostas aos dilemas colocados pela historiografia revisionista, o presente artigo tem como objeto de estudo um elemento específico dentre as polêmicas que ganharam destaque na última década: a relação entre a questão democrática e a luta armada contra a Ditadura Militar. Tendo em vista demonstrar como as falhas de alguns historiadores são derivadas da limitação da questão democrática aos paradigmas da institucionalidade liberal, incorrendo em que estes ignorem, na prática, que no projeto dos guerrilheiros brasileiros estava presente outra concepção de democracia, a marxista.<sup>4</sup> Sendo necessário, portanto, entender esta concepção e, assim, observar como a mesma se realizou nos discursos adotados pelos comunistas que optaram pela crítica das armas, grosso modo, entre 1968 e 1974, além de comparar os parâmetros da democracia revolucionária e socialista pensada pelos marxistas com a democracia liberal.

## A historiografia nacional e as diferentes abordagens sobre a questão democrática e a luta armada no Brasil

No campo acadêmico, já no final da década de 1980 e início dos anos 1990, alguns trabalhos se inclinaram a relativizar os papéis tradicionalmente aceitos quanto às responsabilidades da direita e da esquerda no Golpe de 1964 e na Ditadura Militar, destacando-se, entre outros, o livro de Daniel Aarão Reis Filho, *A revolução faltou ao encontro*.<sup>5</sup> No entanto, será a partir dos debates formados diante dos “40 anos do golpe” que esse segmento historiográfico obterá maior difusão propondo a revisão de vários pontos até então socialmente consolidados, ganhando notoriedade, por exemplo, os trabalhos de Jorge Ferreira.<sup>6</sup> Com a adoção do método comparativo se dá por conta do caráter umbilical entre o marxismo e a esquerda armada brasileira, prevalecendo, assim, como parte da análise em curso, uma corrente específica dentro do socialismo científico, o marxismo-leninismo, oriundo da interpretação de Lenin e da III Internacional. Entretanto, outros pensadores marxistas fornecem perspectivas distintas quanto à questão democrática, como Gramsci, Trotsky e Rosa Luxemburgo (entre outros), o que, infelizmente, foge do escopo do presente trabalho, já que não eram adotados de forma majoritária pelos guerrilheiros brasileiros nos anos 1960 e 1970.

5 REIS, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

6 Ver, entre outros, FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília

1 Professor de História da rede pública de Magé - RJ e mestrando em História Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-UFRJ), sob orientação da professora Anita Leocadia Prestes. Versão preliminar do presente trabalho foi apresentada no XVI Encontro Regional de História da ANPUH-RJ (2014).

2 O uso do termo “Ditadura civil-militar” se tornou comum, entretanto, fez-se a escolha no presente trabalho por “Ditadura empresarial-militar”, que expressa com mais objetividade o caráter de classe do regime militar e tem sido usado por outros autores, como Renato Lemos. Porém, em tal situação é independente da opção, mais importante que o significativo é o significado (o elemento burguês da participação civil).

3 Ver MELO, Demian Bezerra de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 18-20.

grande apoio da imprensa, tal corrente manteve-se em destaque até mesmo no cinquentenário de 1964.<sup>7</sup> Simplificadamente, já que não há necessariamente uma perspectiva única nos diversos autores em questão, sobressaíram-se alguns argumentos ao longo destes dez anos: a) alega-se que o desprezo da democracia era compartilhado pela direita e pela esquerda; b) diluiu-se a responsabilidade dos golpistas em um genérico apoio “da sociedade” (e não setores específicos desta) aos militares; c) subestima-se a participação dos EUA (Estados Unidos da América) no golpe; d) relativiza-se a magnitude da repressão sutilmente através da redução do período histórico que pode ser encarado como um regime ditatorial (tradicionalmente concebido entre 1964 e 1985/88).

Uma das proposições polêmicas mais realçadas é a relação entre a luta armada e a questão democrática, na qual mobilizou, em maior ou menor escala, importantes historiadores, como Anita Prestes,<sup>8</sup> Denise Rollemberg e Marcelo Ridenti (além do já mencionado Daniel Aarão). Na argumentação levantada por Daniel Aarão Reis quanto ao problema destacam-se três pontos principais: a) os valores democráticos não eram valorizados pelos comunistas, no máximo havia um interesse tático na democracia para que os objetivos maiores fossem alcançados; b) a definição da luta armada como “resistência democrática” é equivocada, pois as organizações guerrilheiras possuíam uma perspectiva revolucionária ofensiva e não meramente de se resistir à ditadura; c) a simbiose entre a luta armada e a democracia seria uma reconstrução memorialística da própria esquerda no processo de redemocratização, não correspondendo à realidade. Aarão conclui que:

[um] deslocamento de sentido, promovido pelos partidários da Anistia, apresentou as esquerdas revolucionárias como parte integrante da resistência democrática, uma espécie de braço armado dessa resistência. Apagou-se, assim, a perspectiva ofensiva, revolucionária, que havia moldado aquelas esquerdas. E o fato de que elas não eram de modo nenhum apaixonadas pela democracia, francamente desprezada em seus textos.<sup>9</sup>

(orgs.). *O Brasil republicano* (vol. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Respostas a tais concepções podem ser vistas em TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, n. 19, 2004. p. 27-48 e; MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. *Revista Brasileira de História*, vol.28, n.55, 2008. p. 245-263.

7 Para ver um balanço geral sobre o revisionismo histórico brasileiro ver MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias. In: MELO, op. cit.

8 PRESTES, Anita. *Ideais de chumbo ou de democracia e justiça social?* (2013). Disponível em: <revistadehistoria.com.br/secao/cartas-e-dialogos/ideais-de-chumbo-ou-ideais-de-democracia-e-justica-social> Acesso em 22 ago. 2014.

9 REIS, Daniel. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. p. 70.

Logo, a participação da esquerda na vida política durante o processo de redemocratização e no sistema supostamente democrático construído a partir daí teria sido o propulsor de uma remodelação da visão sobre o próprio passado dessas esquerdas, em que foi criada uma sintonia entre as lutas transcorridas, sobretudo a guerrilha, e a presente democracia brasileira, metamorfoseando a proposta ofensiva revolucionária (no geral, socialista) em “resistência democrática”.

Neste quadro, as esquerdas, e Jango em particular, ressurgiram como vítimas bem intencionadas, atingidas e perseguidas pelo movimento golpista. (...) Para desespero dos militares golpistas, estigmatizados como gorilas, estas versões predominariam, quase incontestáveis, a partir dos anos 80, quando houve a redemocratização do país.<sup>10</sup>

Marcelo Ridenti, em artigo exclusivamente dedicado à discussão da temática, apresenta parcial concordância com Aarão no que concerne à questão da (re)construção das memórias, entretanto, após discorrer sobre sua anuência, acrescenta aparentemente um detalhe, que é, no entanto, elemento fronteiro:

Faz-se uma leitura do passado que o mistifica, a fim de legitimar o caminho escolhido por alguns ex-militantes e também partidos políticos no presente. Nesse ponto, Daniel Aarão Reis tem razão, ao constatar que assim se apagou “a perspectiva ofensiva, revolucionária, que havia moldado aquelas esquerdas. E o fato de que elas não eram de modo nenhum apaixonadas pela democracia” - ao menos pela democracia tal como ela existe hoje na sociedade brasileira.<sup>11</sup>

Ao destacar qual concepção de democracia – a “*democracia tal como ela existe hoje na sociedade brasileira*”, ou seja, a liberal – não estava presente no discurso das esquerdas armadas dos anos 1960/70 e que teria sido adotada pela parte dos militantes e organizações que passaram a limitar sua atuação aos quadros da mesma (fundindo seus interesses do presente às memórias e apagando destas os horizontes norteadores que iam além da democracia liberal), Ridenti acertadamente se resguarda de limitar as diversas concepções de democracia a um modelo único. Paralelamente, não abre mão de identificar com precisão os quadros de realização da metamorfose das memórias: a inserção de ex-guerrilheiros na política nacional vigente desde o fim da Ditadura Militar e a adequação destes aos limites do regime democrático-liberal.<sup>12</sup>

Porém, tal conclusão, ainda que verdadeira,

10 REIS, Daniel. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel, et al. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 40.

11 RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a Ditadura. In: REIS, Daniel, et. al. op. cit. p. 59.

12 Idem. p. 58.

é incompleta. O descrito processo de reconstrução memorialística, de redução dos projetos da esquerda armada em “redemocratização”, foi um dos caminhos encontrados por segmentos da esquerda para a adequação ao regime democrático-liberal. Outra via, porém, também se materializou, marcada não pelo apego ao legado das esquerdas armadas, mas, ao contrário, pela negação da legitimidade das propostas pretéritas, em que estas passaram a aparecer como objetivos historicamente superados, especialmente diante da crise do socialismo a partir dos anos 1980. Sendo necessário, nessa segunda via, a construção da legitimidade da ordem liberal, aceita em detrimento do comunismo abandonado, a negação daquela democracia revolucionária, pensada pelos adeptos da luta armada nos anos ditatoriais e baseada nas concepções leninistas, apareceu como oportuna para alguns setores envolvidos com os novos movimentos sociais a partir do final dos anos 1970 e em constante disputa contra organizações comunistas tradicionais (como o PCdoB – Partido Comunista do Brasil).<sup>13</sup>

Assim, a concepção marxista-leninista de democracia foi eclipsada diante da democracia liberal num processo de reconfiguração memorialística diversificado e marcado por disputas não só entre esquerda e direita, mas também por conflitos no seio da própria esquerda. A misfitização tem, portanto, múltiplas faces.

A existência dessa outra concepção, na qual os guerrilheiros brasileiros se filiavam, foi lembrada por Duarte Pereira em comentário a uma versão prévia do citado artigo de Ridenti, que o reproduz em nota de rodapé (n. 15):

Pode (e deve-se) questionar a ideia tradicional de democracia popular, revolucionária, mas ela é que permite inserir as chamadas esquerdas armadas na frente de resistência democrática, a título pelo menos tão justificável quanto as oposições conservadoras ou reformistas que preconizavam (preconizam) uma democracia burguesa, restrita ou ampliada. (...) trata-se de duas concepções de democracia, que hoje se procura reavaliar e renovar em ambos os casos.<sup>14</sup>

A conclusão de Marcelo Ridenti é, entretanto, rejeitar o uso do adjetivo “democrática” na qualificação da luta armada para evitar confusões quanto ao

entendimento do que seria uma democracia.<sup>15</sup> Porém, discordando de Daniel Aarão, entende ser legítimo o substantivo “resistência”, já que os próprios militantes da época assim se denominavam com certa frequência (o que foi visto, inclusive, em outras situações do comunismo internacional, como na luta contra o fascismo), não sendo, portanto, mera reconstrução memorialística.

Outrossim, seria equivocado afirmar que o reconhecimento da existência dessa outra concepção de democracia, marxista, não está presente na obra dos autores que creditam à esquerda armada uma essência ditatorial. Entretanto, tal admissão não vem acompanhada da esperada crítica que fundamentaria o descarte de sua validade. A adoção dos paradigmas do liberalismo quanto à democracia por essa corrente aparece como premissa, sem nenhuma construção que a fundamente enquanto única. Para Aarão:

[no pensamento da esquerda] a autêntica democracia, para existir, teria, como pré-requisito, a igualdade social e a “segunda” independência, a real e a efetiva, a econômica. Sem isso, a democracia seria uma farsa. Assim, as esquerdas deveriam lutar por reformas e, se fosse o caso, pela revolução, para ganhar a igualdade e a soberania. Como resultado desse processo, teríamos então a democracia, a verdadeira.<sup>16</sup>

Nas palavras de Rollemberg:

(...) as esquerdas revolucionárias dos anos 1960 e 1970, como de resto a sociedade, inseridas nestas referências e tradições, não tinham a democracia como um valor supremo. A democracia era burguesa, liberal, parte de um sistema que se queria derrubar. Após a revolução, o socialismo seria o caminho para se chegar à verdadeira democracia, da maioria, do proletariado.<sup>17</sup>

Ou seja, no raciocínio construído, a condenação, por parte das esquerdas, da democracia liberal em prol de uma democracia que seria, para estes revolucionários, a verdadeira, aparece como comprovação do “*sentido antidemocrático das propostas políticas dos comunistas*”,<sup>18</sup> o que só pode se sustentar com a adoção da perspectiva liberal como, de fato e ao contrário da alegação das esquerdas armadas, a única. A argumentação é tautológica ao depender do descarte automático do comunismo enquanto possibilidade de ser uma democracia de outro tipo.

Daniel Aarão Reis, em intervenção proferida

15 Idem.

16 Prefácio à segunda edição. In: REIS, Daniel e SÁ, Jair de (orgs.). *Imagens da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 12.

17 Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (orgs.). *O Brasil republicano* (vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp 47-48.

18 REIS, 1990, op. cit., p. 140.

13 Mesmo dentro do próprio PT (Partido dos Trabalhadores), nascido a partir desses novos movimentos sociais, diversas correntes apresentaram percepções distintas sobre a questão democrática no comunismo, inclusive sujeitos que continuavam adeptos do marxismo revolucionário. O posicionamento de Florestan Fernandes, por exemplo, pode ser visto em FERNANDES, Florestan. *O PT em movimento*. São Paulo: Cortez, 1991.

É interessante notar que vários ideólogos do suposto caráter ditatorial do marxismo-leninismo foram importantes figuras no PT ao longo dessa disputa de memórias, inclusive o próprio Daniel Aarão Reis.

14 RIDENTI, op. cit. p. 59.

num seminário sobre as esquerdas e a democracia em 1986, abordou seu entendimento sobre a democracia através de três dimensões:

a dimensão social, que se refere a proposições relativas à distribuição da riqueza, propriedade, direitos sociais em geral (...); a dimensão nacional, já que fica muito difícil e problemático falar em democracia em países submetidos à dependência política e econômica; a dimensão propriamente política, ou seja, as propostas relativas à participação política no poder estatal e também na sociedade, como, por exemplo, nos locais de trabalho, nas fábricas, nos locais de moradia, ou seja, participação não só nas instituições políticas formais da democracia burguesa (...).<sup>19</sup>

Porém, ao que parece, alguns anos depois, no livro em que sintetiza sua tese de doutorado, Aarão possuía compreensão distinta. Segue sua definição de democracia dada na nota número 88:

O termo democracia subentende no texto os mecanismos, instituições e práticas ligadas à participação no poder de decidir políticas que interessam ao conjunto ou parcela expressiva da sociedade. (...) Há, como se poderá verificar, alterações em relação à intervenção proferida por mim no debate organizado por M. A. Garcia.<sup>20</sup>

Tal hegemonização da perspectiva liberal entre os estudiosos da Ditadura empresarial-militar no Brasil não se dá, obviamente, de forma consensual, e, no momento de 50 anos do Golpe de 1964, várias iniciativas que vinham, há anos, na contramão do revisionismo histórico, marcaram importante presença nos debates desencadeados, podendo ser citado como exemplo a obra *A Miséria da Historiografia*, organizada por Demian Bezerra de Melo, na qual diversos aspectos da historiografia revisionista são trabalhados por importantes historiadores nacionais e internacionais, já que, como identifica o próprio Melo (na introdução da obra mencionada), o fenômeno visto no Brasil insere-se numa ofensiva revisionista global:

Aliada à enorme influência das teorias pós-modernas nos meios letrados, com seu nilismo conformista/ catastrofista que caracterizou o ambiente intelectual daqueles anos (...) a liquidação da tradição revolucionária ganhou forte significação. O revisionismo histórico sobre uma revolução que foi tomada por longo tempo como paradigma da mudança social (1789) insere-se, assim, no contexto de criação dessa “grande narrativa” do neoliberalismo sobre o “fim da história”. (...) Nesse sentido, tem mais uma vez razão Hobsbawm ao afirmar que “o revisionismo da história da Revolução

*Francesa é simplesmente um aspecto de um revisionismo muito maior*”.<sup>21</sup>

Já Marcelo Badaró Mattos, em *As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea*, demonstra que tal sintonia com o avanço revisionista internacional vai além dos objetivos anticomunistas,<sup>22</sup> pois tais historiografias chegam a compartilhar, ainda que de maneira sutil, as próprias bases teóricas:

aquilo que a historiografia brasileira vem buscando nos autores que são suas grandes referências hoje (...) tem evidentes proximidades com o debate dos pós-modernos. (...) E o pensamento pós-moderno se constrói (...) em oposição aos entendimentos totalizantes do real e às propostas de transformação social nele baseadas, em especial ao marxismo. (...) O culturalismo dos historiadores, em grande medida, toma para si essa crítica ao marxismo, ou a qualquer concepção de história que se proponha a formular explicações totalizantes para a vida social.<sup>23</sup>

Assim, percebe-se como determinada filiação teórico-ideológica limita os resultados alcançados pela historiografia revisionista nacional. Sendo necessário, então, para superar esse horizonte, analisar como as organizações que adotaram a luta armada no Brasil traduziram para suas necessidades os aportes do marxismo e como configuraram tais contribuições em propostas concretas para a sociedade brasileira no que concerne ao tema da democracia.

### A resistência armada e a questão democrática

Com a derrota, representada pela consolidação do golpe, as esquerdas passaram por uma crise, cuja principal consequência foi o surgimento de diversos agrupamentos voltados para a luta armada. A guerrilha apareceu como forma de luta adotada diante da uma orientação estratégica de caráter revolucionário, cujo objetivo principal era a construção de uma sociedade fundamentada nas ideias de justiça social e liberdade. Nas esquerdas revolucionárias brasileiras, ainda que compartilhassem do marxismo-leninismo, se manifestaram variados graus de propostas referentes à questão democrática, indo desde a perspectiva mais simplista e ortodoxa, na qual a democracia está implícita como imanente ao próprio socialismo enquanto poder exercido pelos trabalhadores em armas, até a incorporação plena dos direitos arrolados dentro de uma democracia de tipo liberal, inclusive a defesa da convocação de uma

19 In: GARCIA, Marco Aurélio (org.). *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. pp 17-18.

20 REIS, op. cit. p. 17.

21 In: MELO (org.), op. cit. p. 26-27.

22 Em Mito, *Memória e História: a historiografia anticomunista no Brasil e no mundo*, Carlos Zacarias Senna Júnior discute como o revisionismo brasileiro se relaciona à avalanche anticomunista mundial. In: MELO (org.), op. cit.

23 In: MELO (org.), op. cit. p.77-78

assembleia nacional constituinte eleita sob o sufrágio universal. Tal escala pode ser explicada, entre outros motivos, pelo fato de cada uma dessas organizações ter diferentes avaliações sobre a sociedade brasileira e assim propondo também soluções assimétricas (lembrando que nem todas compartilhavam a perspectiva de que a revolução seria imediatamente socialista).

Por exemplo, na síntese de *Linha política e Orientação para a prática*, do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), apresentada na coletânea *Imagens da revolução*, observa-se a visão clássica do governo socialista enquanto governo dos trabalhadores em armas:

O único Estado capaz de cumprir esta etapa [socialista] até as últimas consequências é a ditadura do proletariado, que se caracteriza pela hegemonia operária sobre os instrumentos de força: o exército revolucionário, as forças militares auxiliares, as milícias populares e a polícia. A ditadura do proletariado revestirá a forma de governo dos trabalhadores das cidades e do campo.<sup>24</sup>

A própria ALN (Ação Libertadora Nacional), principal organização da guerrilha urbana, apresentou os pilares básicos do que, no geral, se entende por democracia como parte dos objetivos a serem conquistados. No manifesto lançado em 1969, durante a ocupação da Rádio Nacional, os revolucionários sintetizaram suas propostas:

1º) derrubar a ditadura militar; anular todos os seus atos desde 1964; formar um governo revolucionário do povo; 2º) expulsar do país os norte-americanos (...); 3º) expropriar os latifundiários (...); 4º) acabar com a censura; instituir a liberdade de imprensa, de crítica e de organização; 5º) retirar o Brasil da posição de satélite da política externa dos Estados Unidos (...).<sup>25</sup>

No caso do PCdoB e da Guerrilha do Araguaia, única experiência de guerrilha rural levada à frente, a incorporação das bandeiras políticas tipicamente relacionadas à democracia liberal aparece como inerente à revolução nacional-democrática, cujo coroamento estaria numa assembleia nacional constituinte livremente eleita. Em 1966, lê-se entre os objetivos do partido:

Garantia das liberdades democráticas. Voto universal, direto e secreto, inclusive para os analfabetos. Direito de reunião e de organização. Livre manifestação do pensamento. Anulação

de todos os atos da ditadura em perseguição aos patriotas. Governo democrático, representativo de todas as forças patrióticas. Convocação de uma Assembleia Constituinte, livremente eleita.<sup>26</sup>

Logo, na constelação das esquerdas que se lançaram à crítica das armas, pode-se observar diferentes formas de expressão da concepção marxista-leninista de democracia, não sendo, portanto, um universo monolítico, nem, entretanto, completamente heterogêneo, já que tinham em comum a adesão ao marxismo. Percebe-se, então, que a afirmação do suposto caráter antidemocrático da esquerda armada só se sustenta com a premissa de se compreender por democracia apenas sua vertente liberal, o que estabelece um axioma que condena qualquer horizonte não liberal como inerentemente ditatorial. Para romper com tal anacronismo é necessário historicizar a questão democrática, indo além da própria esquerda armada e compreendendo o que seria a democracia dentro dos parâmetros do marxismo-leninismo.

### O marxismo-leninismo e o caráter de classe da(s) democracia(s)

O conceito de democracia, que nasce, no Ocidente, em Atenas, durante a Antiguidade, foi desenvolvido pelos filósofos iluministas cerca de dois milênios depois. Essa nova vertente se consolidou ao longo das revoluções burguesas, estabelecendo assim os paradigmas liberais da democracia contemporânea, fundamentada, entre outros, na: a) submissão do governo às leis e a divisão dos poderes estatais (com o passar do tempo as pressões populares conquistaram o direito de eleger esse governo pelo sufrágio universal); b) garantia das liberdades individuais; c) direito à propriedade privada e ao comércio. Entretanto, os direitos democráticos adquiridos com a derrocada dos regimes absolutistas estavam circunscritos a um número reduzido de privilegiados,<sup>27</sup> estabelecendo novas contradições que seriam alvos de ataques por parte dos não satisfatoriamente contemplados, especialmente a classe trabalhadora. No universo dos críticos do liberalismo, notabilizaram-se os pensadores ligados ao socialismo científico, ideologia inicialmente formulada por Karl Marx e Friederich Engels e posteriormente

26 PCdoB. União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista. In: REIS e SÁ (orgs.), op. cit. p. 87. Presente desde a fundação do partido, a defesa do sufrágio universal chega a ser criticada como "liberalismo burguês" pelo PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) no documento *Reencontro histórico ou simples mistificação*. Porém, é interessante notar que a contraposição dada refere-se apenas ao fato de que a revolução poderia acabar exigindo que os sujeitos das classes dominantes não tivessem esse direito. No manifesto de lançamento da Guerrilha do Araguaia, *Em defesa do povo pobre e pelo progresso do interior*, também estão presentes diversas reivindicações relacionadas aos direitos humanos.

27 Ver LOSURDO, Domenico. *Contra-história do liberalismo*. São Paulo: Ideias & letras, 2006.

24 In: REIS e SÁ (orgs.), op. cit. p. 436.

25 ALN. Mensagem na Rádio Nacional. In: MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. Encaminhamento 332/QG4 de 16 de agosto de 1969. Numa publicação intitulada *Arma da crítica* (nov. 1970), militantes da ALN e do MR-8 apresentaram um rol de propósitos em que está presente um grande número de reivindicações tipicamente vistas como democráticas, inclusive aquelas relacionadas aos direitos dos grupos sociais marginalizados, como a mulher e o negro.

enriquecida por outros revolucionários, como Lenin e Mao Tsé-Tung.

De acordo com Marx e Engels, as contradições capitalistas seriam resolvidas apenas com a abolição da propriedade privada dos meios de produção, objetivo que só poderia ser completamente atingido após longo processo, inaugurado com uma revolução popular, quando seria constituído um novo Estado dirigido pelos trabalhadores. Esse período, em que o Estado estaria sob o governo da classe trabalhadora, foi denominado como “ditadura do proletariado”, já que os revolucionários alemães entendiam que toda sociedade dividida em classes era por si mesma uma ditadura da classe dominante sobre os dominados. A ditadura do proletariado seria, então, o governo que a classe trabalhadora exerceria pela força sobre e contra a burguesia até a socialização plena dos meios de produção e a extinção das divisões da sociedade em diferentes classes (tendendo ao desaparecimento do próprio Estado).

Essas reflexões foram aprofundadas com a Comuna de Paris, quando em 1871, diante da guerra entre a França e a Prússia, o povo parisiense rebelou-se e assumiu o poder na cidade durante algumas semanas. Tal experiência, da construção do primeiro Estado proletário, foi analisada por Marx em *A guerra civil na França* (1871), quando o revolucionário louvou o fato de todos os membros da Comuna, inclusive do corpo judiciário, terem sido eleitos pelo povo, com o mandato revogável e ganhando o mesmo que a média salarial de operários comuns. Além disso, a ampliação do ensino público, o fim da interferência da Igreja na educação e no Estado, entre outros, foram destacados. O elemento central para realização de todas essas conquistas estava dado, de acordo com Marx, pelo fato da própria classe trabalhadora ter exercido seu poder político de forma direta, através das armas, sendo essa a característica predominante da nova democracia operária. Engels, em 1891, reafirma a percepção de Marx numa introdução à obra e acrescenta:

Esta destruição do poder de Estado até aqui existente e a sua substituição por um novo, na verdade democrático, está descrita em pormenor no terceiro capítulo da Guerra Civil. O filisteu socialdemocrata caiu recentemente, outra vez, em salutar terror, à palavra: ditadura do proletariado. Ora bem, senhores, quereis saber que rosto tem esta ditadura? Olhai para a Comuna de Paris.<sup>28</sup>

Ao longo do século XX, a temática da democracia ocupou seu lugar entre as inúmeras reflexões dos comunistas, tanto que coube à própria III Internacional formular em 1919, através de Lenin, um documento (*Teses e relatório sobre a democracia burguesa e a*

*ditadura do proletariado*<sup>29</sup>) no qual se argumentou que: a) a democracia sofreu alterações durante toda a história, portanto seria equivocado tratar apenas sua vertente burguesa como parâmetro; b) dentro da sociedade capitalista tal democracia limita-se à garantia de certos direitos, mas na prática os mesmos são irrealizáveis para a grande maioria; c) o governo socialista realiza uma democracia que sob o capitalismo era meramente formal, não rejeitando as liberdades individuais (com exceção do suposto direito à propriedade privada), mas expandindo-as, acrescentando novos direitos e garantindo também maneiras reais de serem efetivados; d) não se pode falar em democracia ou ditadura como conceitos puros, já que os mesmos relacionam-se à estrutura de classes de determinada sociedade.

Mao Tsé-Tung, líder da Revolução Chinesa e um dos revolucionários que mais influenciaram os guerrilheiros brasileiros, na mesma linha da Internacional Comunista, afirmou em 1949 na obra *Sobre a ditadura da democracia popular*:

O sistema democrático deve ser aplicado entre o povo, dando a este a liberdade de palavra, de reunião e de organização. O direito de voto é concedido unicamente ao povo, e não aos reacionários. Estes dois aspectos, de democracia para o povo e de ditadura para os reacionários, é que constituem em si a ditadura da democracia popular.<sup>30</sup>

Eis, então, como os marxistas-leninistas entendiam o futuro que estavam a construir: uma democracia para os trabalhadores que, dialeticamente, para poder se consolidar, exigiria a derrubada pela força da antiga classe dominante e a repressão contra a mesma.

## Conclusão

A partir das problematizações iluministas, o liberalismo desenvolveu ao longo de dois séculos seus paradigmas principais, nos quais formulou os parâmetros de uma democracia. No entanto, tais valores possuem validade historicamente determinada e seria anacrônico entender os mesmos como insuperáveis, como acabam incorrendo os diversos autores que rejeitam a ligação entre democracia e luta armada contra a Ditadura empresarial-militar. Se, de fato, como argumenta Daniel Aarão (e outros), houve uma remodelação memorialística por parte de uma esquerda interessada em legitimar sua adequação ao jogo institucional vigente no pós-ditadura, reduzindo a luta revolucionária socialista em uma vaga

29 LENIN, Vladimir. *Teses e relatório sobre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado*. Disponível em: <marxists.org/portugues/lenin/1919/03/04.htm> Acesso em 29 ago. 2014. Neste documento, Lenin sintetiza o que já havia escrito em outras ocasiões, como nas obras *O Estado e a revolução* e *A revolução proletária e o renegado Kautsky*.

30 MAO, Tsé-Tung. *Sobre a ditadura da democracia popular*. Disponível em: <marxists.org/portugues/mao/1949/mes/ditadura.htm> Acesso em 9 ago. 2014.

28 MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Disponível em: <marxists.org/portugues/marx/1871/guerra\_civil/index.htm> Acesso em 20 ago. 2014.

ideia de democracia, não é correto, entretanto, derivar daí que não havia nenhuma perspectiva democrática naquelas esquerdas armadas dos anos 1960 e 1970, pois, apesar de não ser a mesma desta democracia em voga nos dias de hoje, tal democracia liberal não pode ser adotada como um axioma, em que aparece como única democracia possível. A democracia buscada pelos guerrilheiros, comunista, era edificada no marxismo-leninismo, assim, suas intenções eram construir uma democracia, de fato e não meramente formal, para a classe trabalhadora. Além disso, para parte considerável dessa esquerda armada o que derrubaria o regime militar seria uma revolução nacional e democrática, ficando a perspectiva socialista para o porvir.

Obviamente, nos dias atuais, após a implementação de variações de ambas as concepções, liberal e marxista, em diversas experiências, é possível (e necessário) pensar no aprimoramento das formulações originais (como, por exemplo, no caso do marxismo, sobre a crença de que o Estado socialista seria inevitavelmente democrático para a maioria por conta de ser sustentado pelo povo em armas - quando a história já demonstrou a necessidade de outros aparatos repressivos sob o Estado mesmo com a classe trabalhadora no poder, o que pode sugerir a necessidade de se limitar também o poder do Estado proletário), porém, para tal, há que se reconhecer que, como a História não chegou ao fim, não existe um modelo único de democracia.

Artigo recebido em 31.8.2014

Aprovado em 7.10.2014